



CENTRO DE INTEGRIDADE PÚBLICA

Anticorrupção - Transparência - Integridade

# DÍVIDAS OCULTAS



Edição nº 4 | 03 Agosto de 2022 | Distribuição gratuita

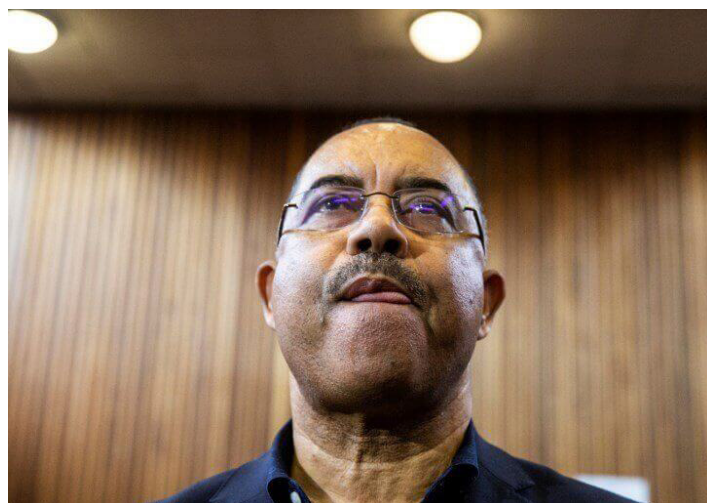
## Cronologia do processo da extradição de Manuel Chang

**- O texto apresenta, de forma resumida, os acontecimentos mais importantes desde a detenção de Manuel Chang na África do Sul e informa, ainda, o que falta por decidir**

**Por: Borges Nhamirre\***

O Centro de Integridade Pública (CIP) preparou este texto para apresentar informação detalhada, e de forma simples, de modo a ajudar a entender os principais acontecimentos e as decisões no processo da extradição do antigo ministro das Finanças, Manuel Chang, que corre os seus termos na Justiça da África do Sul. O texto traça a cronologia desde a detenção de Chang em 2018 até ao estágio actual. Por fim mostra o que é que ainda falta por tramitar até que a decisão final de extraditar o antigo ministro das Finanças possa ser tomada.

Existem dois pedidos concorrentes para a extradição de Manuel Chang. Um por parte de Moçambique e outro por parte dos Estados Unidos da América (EUA). Nos dois países, Chang é acusado de ter recebido 5 milhões de dólares norte-americanos de subornos, pagos pela Privinvest, para assinar as garantias que permitiram a contratação de empréstimos ilegais no valor de 2,1 mil milhões de dólares norte-americanos para as empresas ProIndicus, Ematum e MAM. Este empréstimo viria, mais tarde, a ser conhecido como “dívidas ocultas”, pelo facto da sua contratação ter sido ocultada ao Parlamento e aos moçambicanos no geral.



### 2018

**Dia 29 Dezembro** - Manuel Chang é detido por agentes da Polícia da África do Sul, no Aeroporto OR Tambo, em Joanesburgo, África do Sul, onde se encontrava em trânsito para Dubai. A detenção de Chang foi em cumprimento de um mandado internacional de prisão emitido pelo Departamento de Justiça dos EUA e autorizado pelo Tribunal Distrital do distrito Leste de Nova York. Os EUA acusam Chang de cometer crimes no âmbito da contratação das *dívidas ocultas*, incluindo conspiração para cometer fraude de valores mobiliários e lavagem de dinheiro.

\* Em caso de dúvidas, sugestões e questões relacionadas a esta nota, contacte: [borges.nhamirre@cipmoz.org](mailto:borges.nhamirre@cipmoz.org)



## 2019

**Dia 08 de Janeiro** – foi o primeiro dia de julgamento do pedido de extradição de Manuel Chang no Kempton Park Magistrate Court. A sessão foi interrompida no mesmo dia pois um dos advogados de Chang, Willie Vermeulen, alegou que “a detenção é ilegal e que Chang deve ser restituído à liberdade imediatamente”. A pedido dos procuradores da África do Sul, a sessão foi interrompida para dar mais tempo ao Ministério Público para analisar a alegação da Defesa de Chang.

**Dia 09 de Janeiro de 2019** – a juíza Sagra Subroyen, que julgou o caso, negou o pedido de “liberdade imediata” de Manuel Chang, legalizou a prisão e mandou Chang para a cadeia de Modderbee, onde até hoje aguarda pela decisão da sua extradição.

**Dia 10 de Janeiro** – a sessão é adiada a pedido dos advogados de Chang, que permanece na cadeia, e nova sessão é agendada para o dia 18 do mesmo mês.

**18 de Janeiro** - a sessão de julgamento do pedido de extradição de Manuel Chang retoma com a surpresa de que Moçambique também pediu a extradição do antigo ministro das Finanças, começando assim a disputa formal entre Moçambique e os EUA pela extradição de Chang, que dura até ao presente (Agosto de 2022).

**24 de Janeiro** – Chang pede liberdade condicional mediante pagamento de caução e o pedido é rejeitado pela juíza Sagra Subroyen, alegando risco de fuga de Chang.

**8 de Abril** - o Tribunal de Kempton Park decide que Chang é extraditável tanto para os EUA como para Moçambique.

**21 de Maio** - o então ministro da Justiça da África do Sul, Michael Masuta, decide extraditar Manuel Chang para Moçambique, no seu último dia no cargo.

**09 de Julho** – o Fórum de Monitoria de Orçamento (FMO) pede ao Tribunal Superior da África do Sul para ser admitido como parte interveniente no processo de extradição de Manuel Chang, ao mesmo tempo que pede a anulação da decisão do Ministro Michael Masuta de extraditar Manuel Chang para Moçambique, alegando que a mesma viola a Lei.

**12 de Julho** - Ronald Lamola, que substituiu Michael Masuta como ministro da Justiça da África do Sul, pede ao Tribunal Superior de África do Sul para anular a decisão do seu antecessor de extraditar Chang para Moçambique alegando que a decisão é “irracional e inconsistente com a Constituição da República da África do Sul”.

**01 de Novembro** – a juíza Denise Fisher, do Tribunal Superior da África do Sul, divisão de Gauteng, anula a decisão tomada por Michael Masuta de extraditar Manuel Chang para Moçambique e remete ao novo ministro, Ronald Lamola, para tomar nova decisão.

**11 de Dezembro** – o juiz do Tribunal Superior de Gauteng, Colin Lamont, rejeita o pedido de Moçambique de recorrer da decisão tomada a 01 de Novembro pelo mesmo tribunal, fundamentando que “após ouvir e analisar os argumentos das partes, este tribunal chegou à conclusão de que não existe perspectiva razoável de uma outra instância de tribunal chegar a uma conclusão diferente”.

## 2021

**17 de Agosto** – o ministro da Justiça e Serviços Correcionais, Ronald Lamola, decide extraditar Manuel Chang para Moçambique, repetindo a decisão que o seu antecessor havia tomado a 21 de Maio de 2019.

**Agosto** – o FMO recorre ao Tribunal Superior da África do Sul, divisão de Gauteng, para pedir a impugnação da decisão do ministro da Justiça daquele país, de extraditar Manuel Chang para Moçambique.

**10 Novembro 2021** – a juíza Margaret Victor, do Tribunal Superior da África do Sul, divisão de Gauteng, dá provimento ao recurso do FMO e anula a decisão de extraditar Manuel Chang para Moçambique. A juíza decide que “o Sr. Manuel Chang deve ser entregue e extraditado para os Estados Unidos da América para ser julgado pelos seus supostos crimes”.



## 2019 a 2021

**Dezembro de 2019 a Julho de 2021** – o ministro da Justiça e Serviços Correcionais da África do Sul, Ronald Lamola, permanece 20 meses sem decidir sobre a extradição de Manuel Chang, mantendo o antigo ministro das Finanças de Moçambique na prisão.



## 2022

**07 de Junho** – o Tribunal Constitucional da África do Sul rejeita o pedido de Moçambique de recorrer a este tribunal para pedir a extradição de Manuel Chang para Moçambique.

**27 de Julho** – a juíza Margaret Victor, do Tribunal Superior da África do Sul, divisão de Gauteng, nega o pedido de Moçambique de interpor recurso da decisão que a mesma juíza tomou no dia 10 de Novembro de mandar extraditar Manuel Chang para os EUA.



## O que ainda falta até à extradição de Manuel Chang

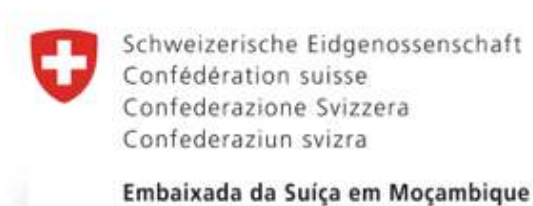
- ⇒ Moçambique ainda pode pedir ao Tribunal Supremo de Recurso da África do Sul a autorização para recorrer da decisão tomada a 10 de Novembro de 2021 pela juíza Margaret Victor de mandar extraditar Manuel Chang para os EUA.
- ⇒ A decisão a ser tomada pelo Tribunal Supremo de Recurso ainda é passível de outro recurso junto do Tribunal Constitucional da África do Sul.
- ⇒ Até se esgotarem todos os recursos judiciais e permitir-se ao Governo da África do Sul tomar a decisão final de extraditar Manuel Chang, seja para Moçambique seja para os EUA, pode decorrer muito tempo, superior a um ano.

Para ler mais sobre o processo das dívidas ocultas, incluindo aceder a documentos relevantes sobre o caso, aceda às [publicações](#) do CIP sobre as dívidas ocultas.



CENTRO DE INTEGRIDADE PÚBLICA  
Anticorrupção - Transparência - Integridade

Parceiros:



## Informação editorial

**Director:** Edson Cortez

**Autor:** Borges Nhamirre

**Revisão de Pares:** Edson Cortez, Baltazar Fael e Ivan Maúisse

**Revisão Linguística:** Samuel Monjane

**Propriedade:** Centro de Integridade Pública

Imagens retiradas do google\*

Rua Fernão Melo e Castro,  
Bairro da Sommerschield, nº 124  
Tel: (+258) 21 499916 | Fax: (+258) 21 499917  
Cel: (+258) 82 3016391  
[f](#)@CIP.Mozambique [t](#)@CIPMoz  
[www.cipmoz.org](http://www.cipmoz.org) | Maputo - Moçambique